



ENCONTRO
SINDICAL
7 OUT | AULA MAGNA



ACÇÃO E LUTA POR UM
PORTUGAL COM FUTURO

Encontro Sindical 7 de Outubro – Lisboa

Intervenção de Isabel Camarinha
Secretária-geral da CGTP-IN

Camaradas,

Com a apresentação do Livro “CGTP-IN: 50 anos de luta com os trabalhadores” pelo camarada José Ernesto Cartaxo e a realização deste Encontro Sindical culminamos as comemorações do cinquentenário da nossa Central.

São 50 anos com os trabalhadores, 50 anos de acção e luta, por um Portugal com futuro, que foram possíveis pela entrega abnegada de milhares de dirigentes, delegados, activistas e trabalhadores sindicais que deram o melhor das suas vidas para construir a nossa CGTP-IN, poderoso instrumento de defesa e avanço dos direitos e das condições de vida dos trabalhadores, de transformação social, que organiza a força dos trabalhadores.

Saudamos todos aqueles que, do pequeno ao grande contributo, com maior ou menor responsabilidade, assumiram e tomaram nas suas mãos o desafio empolgante de lutar pela elevação das condições de trabalho, pela melhoria do nível de vida e por esse objectivo maior, do qual não desistimos, de construir outra sociedade sem exploradores nem explorados.

Quando, em Outubro de 2019, naquele grande Encontro, apresentámos o Programa das comemorações, estávamos longe de imaginar o contexto em que estas se desenvolveriam. Adaptámos iniciativas, ajustámos o calendário, uma ou outra acção não pôde ser realizada, mas, no essencial, o Programa foi cumprido e os objectivos que lhe estavam subjacentes atingidos, demonstrando a capacidade da CGTP-IN e que, sejam quais forem as circunstâncias, por maiores que sejam os obstáculos ou os condicionalismos, não nos vergamos, agimos e lutamos para alcançarmos aquilo a que nos propomos. No fundo camaradas, também estas comemorações do cinquentenário demonstraram o porquê de a CGTP-IN ser a maior organização social de Portugal.

Com três debates, uma exposição central que esteve patente em Lisboa, Porto e Setúbal e a de formato mais reduzido que percorre o país, ou a Exposição de Arte que teve o contributo solidário e abnegado de cerca de 60 artistas, foram muitas as iniciativas realizadas.

Para além da apresentação do terceiro volume dos contributos para a história do movimento operário e sindical realizada em muitas regiões, não esquecendo a condecoração atribuída à CGTP-IN pelo Presidente da República, as comemorações foram marcadas pela permanente articulação com o desenvolvimento de uma poderosa acção reivindicativa, pela organização da luta, pelo envolvimento dos trabalhadores na acção pela defesa e conquista de direitos.

Intensificámos a acção reivindicativa, mesmo num contexto particularmente adverso, pela pandemia, mas também pela ofensiva que usou o medo para tentar retirar direitos.

Como sempre, defendemos as liberdades conquistadas exercendo-as, como demonstrámos no 1º de Maio de 2020 e 2021 e em toda a nossa acção nas empresas e locais de trabalho, nas acções e lutas realizadas em todos os sectores e em todo o país. Queriam que nos confinássemos

ao mesmo tempo que impunham aos trabalhadores cortes nos salários, que negavam condições de saúde nos locais de trabalho, ao mesmo tempo que utilizam a pandemia para aumentar a exploração, mas estivemos nos locais de trabalho e saímos para a rua, com responsabilidade, por direito e por dever, por sermos a Central sindical que define a sua acção não pelo que os canais do capital veiculam, mas pelo que a defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores exigem.

É porque a nossa acção dá resposta à defesa e conquista de direitos que, entre Outubro de 2019 e Junho de 2021, mais de 40 mil trabalhadores se sindicalizaram nos nossos sindicatos. Um número que adquire ainda maior significado pelo momento particular em que cada um destes trabalhadores decidiu dar o passo de unir a sua força à de milhares de trabalhadores. Um passo só possível pela acção sindical que desenvolvemos, porque os trabalhadores confiam nesta Central de classe, no seu projecto, porque a sentem, e porque é, efectivamente sua.

A CGTP-IN não nasceu de quaisquer cúpulas. Foi forjada nos locais de trabalho, em plena noite fascista, herança de gerações e gerações de assalariados que, partindo da necessidade de lutar pelos direitos, se uniu e organizou.

Um projecto que, ao contrário do que de fora tentam manipular, está vivo, é válido e necessário. Porque é de futuro o projecto que tem a valorização do trabalho e dos trabalhadores no centro do desenvolvimento, porque são os trabalhadores quem cria a riqueza e são a força motriz indispensável à produção dos bens e serviços que satisfazem as necessidades individuais e colectivas. Um sindicalismo que é parte, por direito, da democracia.

É com orgulho que afirmamos o papel destacado que a CGTP-IN assumiu em todas as conquistas de Abril, em toda essa construção colectiva de um novo país, em todos os avanços que, 45 anos depois, no essencial a nossa Constituição mantém apesar da contra-revolução e dos esforços do capital para o regresso ao passado.

O tempo que passou permite-nos hoje fazer uma avaliação e permite-nos afirmar que o tempo se encarregou de nos dar razão e assim nos reforça e nos anima para continuar a lutar.

Lembramo-nos da Lei Barreto, dos argumentos usados para destruir a Reforma Agrária e confirmamos o que então dizíamos, que com o fim da Reforma Agrária era a soberania alimentar que era hipotecada e que ficava fortemente condicionado o desenvolvimento de uma parte importante do território e de todo o país.

Hoje, ganha ainda mais importância a acção que os nossos sindicatos fazem junto dos trabalhadores agrícolas. Nos campos do latifúndio e da produção intensiva, germinam condições de trabalho miseráveis que se estendem a outras regiões e sectores e que têm de ser erradicadas.

Lembramo-nos das alterações à legislação laboral, das greves gerais que realizámos e das denúncias que em tempo útil assinalámos. Que os contratos a termo, introduzidos por Mário Soares não seriam o que este afirmava, que não seriam pontuais e esporádicos e que se converteriam numa armadilha que amarra o futuro a centenas de milhares de trabalhadores que, prestando e ocupando um posto de trabalho permanente, se vêem presos nas teias da precariedade que se transporta do vínculo laboral para a sua vida pessoal.

Da nossa acção contra a precariedade, resultou a integração de trabalhadores com vínculo precário em muitas empresas de todos os sectores, ao mesmo tempo que muitos trabalhadores com vínculo precário se aproximaram dos nossos sindicatos, reforçando a luta contra a precariedade, que é um instrumento do capital para degradar as condições de todos os trabalhadores.

Lembramo-nos do Código do Trabalho de Bagão Félix e Barroso, das revisões durante o Governo Sócrates com Vieira da Silva e Helena André, o tal Código que vinha dinamizar a contratação colectiva e que afinal mais não fez que a reduzir e fragilizar, que vinha trazer o crescimento da economia que desde então tem estado estagnada, que vinha trazer a inovação e a competitividade, mas afinal redundou na desindustrialização e no aumento da dependência do país.

Foi na nossa luta, foi na nossa acção, que a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores encontrou resistência. Ao trabalho infantil, respondemos com uma luta sem tréguas, pondo fim a uma prática que durante décadas só serviu o capital e era uma vergonha nacional.

Queriam legalizar o despedimento sem justa causa, mas aquilo que encontraram foi a resposta organizada dos trabalhadores.

Queriam negar-nos as 40 horas semanais. Lutámos, conquistámo-las e agora é tempo de avançar na reivindicação da redução do tempo de trabalho.

Queriam parar o relógio de ponto a cada pausa que o trabalho exige ou o trabalhador necessita, lutámos e o relógio, o de ponto e o da história, continuou a avançar.

A persistência da CGTP-IN em nunca abdicar de uma reivindicação que consideramos justa, levou ao reconhecimento por parte do governo de que há normas na legislação que desequilibram a já desfavorável posição do trabalhador na relação laboral. Por duas vezes já suspenderam a caducidade, mas tardam em revogá-la, tardam em passar das palavras aos actos, tardam em libertar-se dos interesses do grande capital.

Pois bem camaradas, cá estamos e estaremos nós, com a força dos trabalhadores, a lutar pela valorização do trabalho e para que, mais cedo que tarde, a efectivação da contratação colectiva seja uma realidade.

Recordamos e denunciámos o engodo do processo de privatização, que pela mão de Cavaco Silva e o forte impulso de Guterres – cujo governo chegou a vangloriar-se de ser o campeão das privatizações –, abriram as portas à destruição de sectores inteiros da nossa actividade económica e que, mais tarde com Barroso, Sócrates, Passos e Portas, entregaram quase tudo o que havia para entregar ao capital.

Perderam os trabalhadores, não só os das empresas privatizadas que perderam o emprego ou viram reduzidos os seus direitos, mas todos os trabalhadores que tinham no sector empresarial do Estado um referencial para elevação de direitos.

Perderam as populações que pagam hoje na factura da electricidade e da restante energia montantes que são distribuídos em dividendos pelos grandes accionistas. Populações que ficaram mais isoladas, que perderam os transportes que as ligavam, que perderam o posto de correios e vêem a sua reforma chegar com atraso devido à degradação do serviço postal, que ficaram sem dependência bancária, que ficaram sem nada, sem emprego nem serviços que as fixassem nas suas terras.

Perdeu o país, que, tal não foi o esbulho, tem nas privatizações um autêntico caso de polícia, que deixou o Estado sem os instrumentos necessários para intervir, primeiro com a entrega ao grande capital nacional que sem surpresa serviu de intermediário para a transferência dos centros de decisão para o estrangeiro.

Tínhamos razão quando lutávamos contra as privatizações, temos razão quando lutamos hoje para que voltem à esfera pública as empresas e sectores estratégicos ao desenvolvimento do país e à qualidade de vida das populações, quando lutamos pela reabertura do posto de saúde, do tribunal encerrado, do posto de correios desmantelado ou da escola que fechou porque

faltam as medidas que travem a desertificação do território. Tínhamos razão e vencemos, defendendo a TAP e o Metro de Lisboa, que queriam privatizar, mas não conseguiram numa vitória dos trabalhadores, depois de uma intensa, prolongada e corajosa luta, mas é também uma vitória de todos os utentes e do país.

Porque não esquecemos, porque urge fazer uma avaliação rigorosa, denunciemos o processo de integração capitalista na União Europeia. Lembramos aqui as promessas nunca cumpridas. Em 1986, data da adesão, diziam-nos que em 20 anos estaríamos com os salários médios dos restantes países da então CEE... já lá vão 35 anos...

Lembramos a promessa de que com a moeda única, vinha o crescimento da economia, desaparecia o problema do financiamento, íamos para o “pelotão da frente”, passaram 21 anos, e as promessas caíram no esquecimento, desapareceram das televisões de onde antes não saía, fugiram da boca dos que a enchiam com este canto de sereia e que agora a enchem com outros cantos, com a mesma sobrançeria, com o mesmo cinismo, com a mesma hipocrisia.

Também nesta frente, temos razão quando lutamos por outra Europa, de cooperação entre Estados iguais, em vez do modelo neoliberal e do federalismo que só reforça o directório das grandes potências. De solidariedade e de paz, em vez da competição e do crescimento das derivas securitárias e do militarismo. Uma Europa dos trabalhadores e dos povos e não do e ao serviço do grande capital!

Sim camaradas, o tempo dá-nos esta possibilidade de confrontar PS, PSD e CDS com as promessas que antes faziam e o resultado das opções que tomaram. Dá-nos força para as batalhas que temos pela frente. Dá confiança aos trabalhadores, que têm e vêem na sua Central a organização que esclarece, mobiliza para a luta e que não capitula.

É por sermos assim, por não abdicarmos dos interesses que representamos, por sermos consistentes e coerentes que, debaixo de uma poderosa ofensiva, resistimos, reivindicamos, intervimos e lutamos.

É assim nos locais de trabalho, onde com a luta conquistamos melhores condições, melhores salários, horários mais regulados, nunca dando aval à retirada de direitos, por maior que seja a chantagem (e é), por maiores que sejam os entraves à nossa intervenção (e são). É este o compromisso que assume cada dirigente numa estrutura da CGTP-IN.

Também no plano institucional não abdicamos dos interesses que representamos e de levarmos, onde quer que a CGTP-IN esteja, a voz dos trabalhadores, de nos batermos pelas soluções que consideramos adequadas aos problemas, mas nunca pactuando, por maiores que sejam as pressões, para assinar acordos que não representam qualquer avanço ou que impõem o retrocesso.

Por mais caricaturas que se façam, por mais que alguns digam “que a CGTP-IN por princípio não assina” este ou aquele acordo da Concertação Social ou “a CGTP-IN não assinou, porque nunca assina”, importa repor a verdade.

É falso que a CGTP-IN nunca tenha assinado acordos em sede de CPCS. Sempre que da análise ao seu conteúdo vislumbrámos avanços, assinámos. Desafiamos os que têm dúvidas dos motivos que levam a CGTP-IN a não assinar aqueles documentos, que façam uma leitura das nossas posições, que vejam se aquilo que denunciávamos se concretizou ou não. Vejam e perceberão que são os conteúdos e não quaisquer dogmas, aquilo que nos leva a assinar, ou não, os Acordos.

E a talhe de foice camaradas, deixem-nos fazer o exercício inverso, de olhar para os acordos não subscreitos pela CGTP-IN. Até 1996 ainda proclamavam como grande objectivo a tal convergência com a média da UE, e sobre este objectivo estamos conversados – um logro em toda a linha. Em

1996 surge um primeiro Acordo que visava, e passo a citar, “o reforço da competitividade, da promoção do emprego e da coesão social”. Um acordo que daria resposta aos problemas da produtividade e promoveria o emprego. Já se passaram 25 anos, já se seguiram uns quantos acordos depois deste, com os mesmos objectivos, mas os problemas subsistem e em alguns casos agravam-se.

A realidade veio dar razão à CGTP-IN, cresceram as desigualdades, fomentaram-se novas formas de precariedade laboral, os salários nem sequer acompanham a evolução da inflação e da produtividade, cada vez mais do que é produzido reverte para o capital. Numa palavra, os Acordos que não assinámos, foram um instrumento para acentuar a exploração.

Nas empresas e nas instituições, os trabalhadores sabem que podem confiar na CGTP-IN, que não só não avalisa a retirada de direitos, como luta em sua defesa e pela conquista de melhores condições de trabalho e de vida. É um valioso património que mais nenhuma organização social pode reclamar em Portugal.

É este património que temos de projectar para a nossa acção no presente e no futuro.

Vivemos tempos cheios de desafios, de potencialidades, mas também de enormes ameaças.

A necessidade de aumentar a exploração é um elemento de sobrevivência para os que se apropriam dos milhões de euros que faltam a quem trabalha, e a tendência é para o aprofundamento desta dinâmica.

Somos inundados com “agendas”, “roteiros”, “linhas estratégicas”, “planos” e “programas”. Documentos que lidos e analisados, redundam na falta de medidas que valorizem o trabalho e os trabalhadores, que promovam o aumento dos salários, a regulação dos horários e a redução do tempo de trabalho, a estabilidade dos vínculos laborais.

Nunca será com mais do mesmo, com a manutenção das normas gravosas da legislação laboral, com os impedimentos ao desenvolvimento da contratação colectiva, com as limitações à actividade sindical, que se vai mudar o rumo do país.

A mudança que os trabalhadores reclamam e o país precisa exige o reforço da nossa presença nos locais de trabalho, para ouvir os trabalhadores, as suas preocupações e anseios, para desmontar as teses da inevitabilidade ou a propaganda das promessas com que são bombardeados, para esclarecer, mobilizar, unir e organizar para a luta que temos de intensificar.

Nas prioridades da política reivindicativa que aprovámos no Conselho Nacional, estabelecemos o aumento geral dos salários – do SMN e de todos os outros, e das pensões como sendo uma exigência de primeira linha.

Uma reivindicação que é central para rumar para um novo modelo de crescimento e desenvolvimento no nosso país, que é possível e necessário.

Aumentar os salários para que os trabalhadores acedam aos bens e serviços essenciais à qualidade de vida.

Aumentar os salários, para que as profissões possam ser dignificadas e as carreiras profissionais garantidas.

Aumentar os salários para que os jovens possam ter condições de organizar a sua vida.

Aumentar os salários para acabar com as desigualdades salariais entre mulheres e homens.

Aumentar os salários para dinamizar a economia, criar emprego e permitir que as empresas possam escoar os seus produtos e aumente a produção nacional.

Aumentar os salários e desta forma também as receitas fiscais, essenciais para que o Estado tenha recursos para desenvolver a sua acção e garantir os direitos e a protecção social.

Aumentar os salários, e com eles as contribuições para a segurança social, dando-lhe mais robustez e libertando-a da gula do grande capital que vê no dinheiro que os trabalhadores para lá transferem um apetitoso banquete para estoirar no jogo especulativo dos mercados de capital.

Sim camaradas, a nossa reivindicação de 90€ de aumento para todos os trabalhadores, 850€ para o SMN a curto prazo e o aumento geral das pensões é possível e necessário porque é grande a desigualdade na repartição da riqueza e porque é fundamental para o desenvolvimento do país.

Aquilo que falta é a opção política de afrontar o grande capital.

Um aumento geral dos salários e das pensões que tem de ser acompanhado com a redução do tempo de trabalho.

Num tempo de desenvolvimentos ímpares na ciência, nas tecnologias e nas técnicas aplicadas à produção e à actividade económica, em que cada vez se produz mais em menos tempo, só a redução do tempo de trabalho faz com que estes avanços, que são resultado do trabalho, sejam colocados ao serviço de todos.

Não aceitamos que a tecnologia seja usada para aumentar ainda mais a exploração, seja um elemento que aumenta as desigualdades, seja uma fonte de novas exclusões sociais. Não tem de ser assim, não pode ser assim. Por isso lutamos pelas 35 horas de limite máximo de trabalho semanal, conscientes que essa redução constituirá um avanço civilizacional.

Na mesma linha, na política reivindicativa para o próximo ano, para além da redução do tempo de trabalho, colocamos como prioridade a regulação dos horários de trabalho.

Acabar com os bancos de horas que só servem para o patronato prolongar a jornada de trabalho sem pagar um cêntimo a mais por isso, que só servem para instabilizar a vida dos trabalhadores, sujeitos ao que a cada momento o patrão quer.

Acabar com a generalização do trabalho ao sábado, ao domingo e em dias feriado, do trabalho que se prolonga cada vez mais, que nos obriga a estar cada vez mais afastados das nossas famílias, horários que tiram tempo que é dos nossos filhos, do nosso descanso, do nosso lazer, e é assim usado para engordar os lucros do patrão.

O trabalho digno que tantas vezes é propalado, nunca o será sem inverter estas matérias do tempo de trabalho.

Tal como nunca haverá trabalho digno enquanto subsistirem relações laborais alicerçadas em vínculos precários, a maioria com salários inferiores aos dos trabalhadores efectivos, que não dão o mínimo de estabilidade profissional, que não proporcionam o mínimo de segurança na nossa vida privada, que não dão garantias, nem incentivos, para uma melhor formação de cada um na prestação de trabalho que exerce.

A intensificação da precariedade laboral há muito que vem sendo preparada. Vezes sem conta, ouvimos que “não há empregos para toda a vida”, que é tempo dos empreendedores empreenderem nas UBER desta vida, que o moderno é esta permanente sujeição áquilo que a cada momento o “mercado determina”.

Nem salário, nem horário, nem vínculo – assim vêem eles o trabalhador, num regresso ao século XIX fazendo tábua rasa das conquistas que a luta de gerações e gerações desenvolveram, um

regresso ao passado apresentado como sendo moderno, um regresso ao passado que rejeitamos e combatemos.

Articulada com estas grandes prioridades reivindicativas é também fundamental a revogação das normas gravosas da legislação laboral que bloqueiam a negociação colectiva, permitem e fomentam a precariedade e a desregulação dos horários de trabalho, embaratecem e facilitam os despedimentos.

E sobre os despedimentos, camaradas, veja-se o brutal aproveitamento do grande capital que, com a desculpa da pandemia, depois de muitos terem tido apoios chorudos do Estado e sendo empresas perfeitamente viáveis, procedem a despedimentos colectivos (formais ou disfarçados das tais rescisões por mútuo acordo) que já envolvem milhares de trabalhadores como acontece na GALP, na Altice, na Eurest, na banca, no transporte aéreo, na Saint Gobain Sekurit e em tantas outras, destruindo os postos de trabalho, remetendo para o desemprego trabalhadores com experiência, especialização e direitos que mais cedo ou mais tarde serão substituídos por trabalhadores com vínculos precários, muitos de empresas externas, com menos salário e menos direitos, tudo isto sem que o governo intervenha para garantir os postos de trabalho, os direitos dos trabalhadores e os interesses do país.

Camaradas, na nossa política reivindicativa, o que exigimos articula-se e dá expressão ao projecto sindical que propomos aos trabalhadores.

Um projecto que tem nas Funções Sociais do Estado e nos Serviços Públicos um elemento central, não só como garante de direitos, mas também como instrumento de elevação das condições de vida e do desenvolvimento coeso e sustentável do território.

Apesar de anos de desinvestimento, de ataque aos direitos laborais dos trabalhadores da Administração Pública, foram os serviços públicos, o SNS, a Escola Pública, as Autarquias Locais e os serviços que estas garantem, a dar a resposta na situação sanitária que vivemos.

Aos olhos de todos ficou expressa a importância da presença do Estado. Mas vieram ao de cima também os efeitos dos estrangulamentos acumulados. Faltam meios, faltam equipamentos, faltam trabalhadores, faltam serviços em partes significativas do território.

Uma situação que exige um forte investimento público, que exige a resposta às reivindicações e a valorização dos trabalhadores da Administração Pública, que exige que se execute o Orçamentado para este ano e se reforcem verbas para o próximo.

A luta dos trabalhadores da Administração Central, Regional e Local pelos seus direitos é, também e acima de tudo, uma luta pelos direitos que com o seu trabalho garantem a toda a população, é uma luta de todos.

Podem querer dividir, podem querer apresentar uns como privilegiados em relação a outros, porque nós sabemos que o que o capital quer é tirar a todos os trabalhadores direitos, é nivelar por baixo.

Este reforço dos Serviços Públicos que exigimos carece de recursos. A CGTP-IN há muito que exige o alívio dos impostos que incidem sobre os rendimentos do trabalho, passando a fiscalidade a pôr a pagar aqueles que hoje tanto têm e tão pouco ou nada pagam. É tempo de taxar os rendimentos de capital e assim aumentar a receita do Estado. Só assim o sistema fiscal cumpre a missão de promover uma justa redistribuição da riqueza.

Camaradas, as nossas reivindicações mexem com os interesses de uma minoria instalada, do grande capital que tem em muitos dos direitos sociais um objectivo de negócio. Por isso todo o silenciamento, a deturpação, a tentativa de descrédito... Sabemos bem que só através do

reforço da nossa organização, da sindicalização, da eleição de delegados sindicais e representantes para a SST, dos dirigentes e activistas sindicais sempre presentes nos locais de trabalho, só com o contacto directo com os trabalhadores, cara a cara, olhos nos olhos, faremos chegar as nossas propostas.

Será com a nossa acção, intervenção e mobilização para a luta, encontrando o que une os trabalhadores, que obteremos resultados.

E é o que temos feito!

É intensa a luta que temos vindo a desenvolver e a que está em desenvolvimento e temos de intensificar ainda mais, nas empresas, nos serviços, nos locais de trabalho, no sector privado e na administração pública, com plenários, concentrações, manifestações, paralisações, greves, acções das mais diversificadas em todos os sectores e em todo o país!

Acções e lutas com a participação de milhares de trabalhadores, homens e mulheres, muitos deles jovens que não se resignam e exigem resposta aos seus justos anseios e reivindicações, que exigem o aumento dos salários e melhores condições de trabalho, que não aceitam os despedimentos, a destruição de empresas e os encerramentos, que garantem o direito à liberdade e actividade sindical exercendo-o todos os dias, resistindo à pressão e repressão contra a estrutura sindical ou contra os trabalhadores em luta, não aceitando as limitações e impedimentos que nos tentam impor ao contacto com os trabalhadores, à realização de plenários, ao direito à greve.

Esta é a nossa natureza. A natureza de classe da CGTP-Intersindical Nacional, que desde a fundação molda e determina a nossa acção, na forma como agimos e intervimos e é um elemento incontornável e uma pedra central daquilo que somos, da forma como nos organizamos, das opções que adoptamos.

Uma natureza que assenta nos princípios da unidade, da democracia, da independência e da solidariedade, que dão a força necessária ao desenvolvimento de um sindicalismo de massas.

Cabe a cada um de nós desenvolver estes princípios interdependentes, aprofundar o conhecimento que temos, visitar o nosso programa, mergulhar nas obras que lançámos sobre a nossa história, aprender com o passado para melhor agir no presente e no futuro.

Nos 51 anos da nossa CGTP-IN, hoje como sempre, o tempo é de responsabilizar mais quadros sindicais e desenvolver a acção sindical integrada reforçando a nossa organização.

O tempo é de resistir e conquistar direitos, de dar confiança aos trabalhadores e romper com bloqueios, de avançar na reivindicação e no desenvolvimento das formas de luta que potenciem a sua concretização.

O tempo é de estar com os trabalhadores, de persistir e nunca desistir do futuro a que temos direito!

VIVA A CGTP-IN

A LUTA CONTINUA